

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**PESSOAL**

**NSCA 35-2**

**REGULARIZAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE  
CARGOS PÚBLICOS**

**2016**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



**PESSOAL**

**NSCA 35-2**

**REGULARIZAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE  
CARGOS PÚBLICOS**

**2016**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**COMANDO-GERAL DO PESSOAL**

PORTARIA COMGEP Nº 269/DLE, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Aprova a edição da NSCA 35-2  
"Regularização de Acumulação de Cargos  
Públicos".

O **COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, com o art. 4º, inciso II, da Portaria nº 432/GC3, de 17 de junho de 2008, e com o art. 4º, inciso I, do ROCA 20-3 "Regulamento do Comando-Geral do Pessoal", aprovado pela Portaria nº 1738/GC3, de 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da NSCA 35-2 "Regularização de Acumulação de Cargos Públicos", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO  
Comandante-Geral do Pessoal

## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>7</b>
<b>1.1 FINALIDADE .....</b>	<b>7</b>
<b>1.2 ÂMBITO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 COMPETÊNCIAS .....</b>	<b>8</b>
<b>3 DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>4 DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>13</b>
<b>Anexo A - Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração .....</b>	<b>14</b>

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

A presente Norma de Sistema tem por finalidade estabelecer os procedimentos a serem adotados no Comando da Aeronáutica (COMAER) visando ao cumprimento das determinações impostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constantes no Acórdão nº 1.153/2014-TCU-Plenário, Ata nº 15/2014-Plenário, Sessão em 07/05/2014-Ordinária.

### **1.2 ÂMBITO**

A presente Norma de Sistema aplica-se às Organizações Militares (OM) do COMAER nas quais foram comprovados casos de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas por militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados.

## 2 COMPETÊNCIAS

**2.1** Compete às OM referenciadas no item 1.2, nos casos relativos a militar da reserva ou reformado que acumulou cargo público ilicitamente quando estava na ativa, em desacordo com a legislação que lhe é aplicável, exceto aqueles relativos a militar pertencente a Quadro e Especialidade da área de Saúde que acumulou cargo público exclusivo de profissionais de Saúde, bem como o militar que, até a data de publicação da Lei nº 9.297, de 25 de julho de 1996, assumiu cargo público de professor (item 9.1.1 do Acórdão 1.153/2014-TCU-Plenário, Tabelas 3 e 4, peça 74):

- a) no prazo máximo de três dias, após receber o Ofício do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) restituindo a Sindicância que apurou a irregularidade, expedir Ofício endereçado ao militar em condição irregular solicitando o seu comparecimento ao setor competente da OM no prazo máximo de 15 dias, após o recebimento do ofício, para assinar o Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração (Anexo A);
- b) no prazo máximo de três dias, após a assinatura do Termo pelo militar em condição irregular, expedir Ofício ao Órgão Público no qual o mesmo possuir vínculo empregatício encaminhando o Termo e solicitando o seu desligamento total e a cessação dos benefícios financeiros no prazo máximo de 45 dias, fazendo referência ao Acórdão do TCU sobre o assunto; e
- c) no caso de não comparecimento do militar em condição irregular no prazo estipulado ou de recusa em assinar o Termo, iniciar o processo de transferência para a reserva não remunerada no prazo máximo de três dias.

**2.2** Compete às OM referenciadas no item 1.2, nos casos de militar da ativa pertencente a Quadro e Especialidade da área de Saúde que acumula cargo público exclusivo de profissionais de Saúde, com vistas a verificar a existência de incompatibilidade de horários, para que se possa fazer incidir sobre tais situações a nova redação dos incisos II e III do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 11 de fevereiro de 2014 (item 9.1.2 do Acórdão 1.153/2014-TCU-Plenário, Tabelas 1 e 2, peça 46):

- a) no prazo máximo de três dias, após receber o Ofício do CENCIAR restituindo a Sindicância que apurou a irregularidade, expedir Ofício ao Órgão Público no qual o mesmo possuir vínculo empregatício, solicitando informações a respeito de carga horária semanal de trabalho e para qual horário de trabalho o militar foi contratado;
- b) no prazo máximo de três dias, após receber as informações do Órgão Público, expedir Ofício endereçado ao COMGEP informando se há ou não incompatibilidade com o horário de trabalho para o qual o militar foi contratado, tomando por base o horário de expediente estabelecido para o militar na OM, conforme disposto na NSCA 160-3/2015 “**Normatização da Rotina de Trabalho dos Militares da Área de Saúde**”, e constando do anexo cópias das informações recebidas daquele Órgão;
- c) constatada a incompatibilidade de horários, no prazo máximo de três dias após receber as informações do Órgão Público, expedir Ofício endereçado ao militar em condição irregular solicitando o seu comparecimento ao setor competente da OM no prazo máximo de três dias, após o recebimento do ofício, para assinar o Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração (Anexo A); e

- d) no caso de não comparecimento do militar em condição irregular no prazo estipulado ou de recusa em assinar o Termo, iniciar o processo de demissão *ex-officio*, se oficial (inciso II, art. 115, Lei 6.880/1980), ou licenciamento *ex-officio*, se praça (inciso II, art. 121, Lei 6.880/1980), no prazo máximo de três dias.

**2.3** Compete às OM referenciadas no item 1.2, nos casos de militar da ativa pertencente a Quadro e Especialidade diferente daqueles da área de Saúde que acumula cargo público, em desacordo com a legislação que lhe é aplicável (item 9.1.3 do Acórdão 1.153/2014-TCU-Plenário, Tabelas 1 e 2, peça 46):

- a) no prazo máximo de três dias, após receber o Ofício do CENCIAR restituindo a Sindicância que apurou a irregularidade, expedir Ofício endereçado ao militar em condição irregular solicitando o seu comparecimento ao setor competente da OM no prazo máximo de três dias, após o recebimento do ofício, para assinar o Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração (Anexo A);
- b) no prazo máximo de três dias, após a assinatura do Termo pelo militar em condição irregular, expedir Ofício ao Órgão Público no qual o mesmo possuir vínculo empregatício encaminhando o Termo e solicitando o seu desligamento total e a cessação dos benefícios financeiros no prazo máximo de 45 dias, fazendo referência ao Acórdão do TCU sobre o assunto; e
- c) no caso de não comparecimento do militar em condição irregular no prazo estipulado ou de recusa em assinar o Termo, iniciar o processo de demissão *ex-officio*, se oficial (inciso II, art. 115, Lei 6.880/1980), ou licenciamento *ex-officio*, se praça (inciso II, art. 121, Lei 6.880/1980), no prazo máximo de três dias.

**2.4** Compete às OM referenciadas no item 1.2, nos casos de militar da reserva ou reformado que, após a passagem para a inatividade, ingressou em cargo público inacumulável (item 9.1.4 do Acórdão 1.153/2014-TCU-Plenário, Tabela 5, peça 46):

- a) no prazo máximo de três dias, após receber o Ofício do CENCIAR restituindo a Sindicância que apurou a irregularidade, expedir Ofício endereçado ao militar em condição irregular solicitando o seu comparecimento ao setor competente da OM no prazo máximo de 15 dias, após o recebimento do ofício, para assinar o Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração (Anexo A);
- b) no prazo máximo de três dias, após a assinatura do Termo pelo militar em condição irregular, expedir Ofício ao Órgão Público no qual o mesmo possuir vínculo empregatício encaminhando o Termo e solicitando o seu desligamento total e a cessação dos benefícios financeiros no prazo máximo de 45 dias, fazendo referência ao Acórdão do TCU sobre o assunto; e
- c) no caso de não comparecimento do militar em condição irregular no prazo estipulado ou de recusa em assinar o Termo, iniciar o processo de transferência para a reserva não remunerada no prazo máximo de três dias.

**2.5** Compete às OM referenciadas no item 1.2, nos casos de militar da ativa pertencente a Quadro e Especialidade da área de Saúde que acumula vencimentos/proventos decorrentes de mais de dois cargos públicos em desrespeito ao disposto na legislação que lhe é aplicável (item 9.1.5.1 do Acórdão 1.153/2014-TCU-Plenário, Tabela 6, peça 46):

- a) no prazo máximo de três dias, após receber o Ofício do CENCIAR restituindo a Sindicância que apurou a irregularidade, expedir Ofício endereçado ao militar em condição irregular solicitando o seu comparecimento ao setor competente da OM no prazo máximo de três dias, após o recebimento do ofício, para assinar o Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração (Anexo A) no qual optará por apenas mais um dos cargos;
- b) verificar, tomando por base o horário de expediente estabelecido para o militar na OM, se há incompatibilidade com o horário de trabalho do cargo para o qual o militar fez a sua opção, observando as recomendações constantes do item 2.2; e
- c) no caso de não comparecimento do militar em condição irregular no prazo estipulado ou de recusa em assinar o Termo, iniciar o processo de demissão *ex-officio*, se oficial de carreira (inciso II, art. 115, Lei 6.880/1980), ou licenciamento *ex-officio*, se oficial do Quadro de Oficiais Convocados (QOCON) ou praça (inciso II, art. 121, Lei 6.880/1980), no prazo máximo de três dias.

**2.6** Compete às OM referenciadas no item 1.2, nos casos de militar da ativa não pertencente a Quadro e Especialidade da área de Saúde que acumula vencimentos/proventos decorrentes de mais de dois cargos públicos em desacordo com a legislação que lhe é aplicável (item 9.1.5.2 do Acórdão 1.153/2014-TCU-Plenário, Tabela 6, peça 46):

- a) no prazo máximo de três dias, após receber o Ofício do CENCIAR restituindo a Sindicância que apurou a irregularidade, expedir Ofício endereçado ao militar em condição irregular solicitando o seu comparecimento ao setor competente da OM no prazo máximo de três dias, após o recebimento do ofício, para assinar o Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração (Anexo A);
- b) no prazo máximo de três dias, após a assinatura do Termo pelo militar em condição irregular, expedir Ofícios aos Órgãos Públicos nos quais o mesmo possuir vínculos empregatícios encaminhando o Termo e solicitando o seu desligamento total e a cessação dos benefícios financeiros no prazo máximo de 45 dias, fazendo referência ao Acórdão do TCU sobre o assunto; e
- c) no caso de não comparecimento do militar em condição irregular no prazo estipulado ou de recusa em assinar o Termo, iniciar o processo de demissão *ex-officio*, se oficial de carreira (inciso II, art. 115, Lei 6.880/1980), ou licenciamento *ex-officio*, se oficial do Quadro de Oficiais Convocados (QOCON) ou praça (inciso II, art. 121, Lei 6.880/1980), no prazo máximo de três dias.



### **3 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**3.1** Os Ofícios de notificação endereçados aos militares em condição irregular devem informar:

- a) o prazo para comparecimento no setor competente da OM para a assinatura do Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração; e
- b) a consequência do não comparecimento ao setor competente da OM para a assinatura do Termo (demissão ou licenciamento *ex-officio*).

**3.2** Os Ofícios de notificação endereçados aos militares em condição irregular que necessitarem ser postados nos Correios deverão seguir registrados e com Aviso de Recebimento (AR).

**3.3** Os militares em condição irregular aos quais forem entregues diretamente os Ofícios de notificação deverão assinar cópias dos mesmos declarando o recebimento do documento original.

#### **4 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**4.1** Os casos não previstos na presente NSCA serão submetidos à apreciação do Comandante-Geral do Pessoal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 77, de 11 de fevereiro de 2014. Altera os incisos II, III e VIII do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea "c". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 30, 12 fev. 2014, Seção 1, p. 2.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 236, 11 dez. 1980, Seção 1, p. 24777.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.297, de 25 de julho de 1996. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 144, 26 jul. 1996, Seção 1, p. 13.837.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 82, 4 maio 2009, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 432/GC3, de 17 de junho de 2008. Dispõe sobre o Sistema de Pessoal da Aeronáutica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 116, 19 jun. 2008, Seção 1, p. 28.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 36/GC3, de 10 de janeiro de 2013. Aprova a reedição do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal = ROCA 20-3. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 8, 11 jan. 2013, Seção 1, p. 24.

**Anexo A - Termo de Ciência e Opção de Cargo, Função ou Remuneração**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
(nome da OM)

**TERMO DE CIÊNCIA E OPÇÃO DE CARGO, FUNÇÃO OU REMUNERAÇÃO**

Tendo sido notificado(a) por meio do Ofício nº \_\_\_\_\_, de (dia) de (mês) de (ano), da(o) (nome da OM), recebido em (dia) de (mês) de (ano), eu,

**(NOME COMPLETO, POSTO/GRADUAÇÃO, QUADRO-ESPECIALIDADE)**

vinculado(a) à(ao) (nome da OM) e, como servidor(a) público(a), vinculado(a) à(o) (nome do Órgão Público), **OPTO** pelo cargo ocupado no(a) (nome da OM ou do Órgão Público), para todos os fins legais, ciente das responsabilidades e das consequências de tal ato, comprometendo-me a adotar todas as providências necessárias junto à(o) (nome da OM) e à(o) (nome do Órgão Público) para a formalização dos atos administrativos decorrentes.

(local), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)  
(nome completo)